

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Rondônia

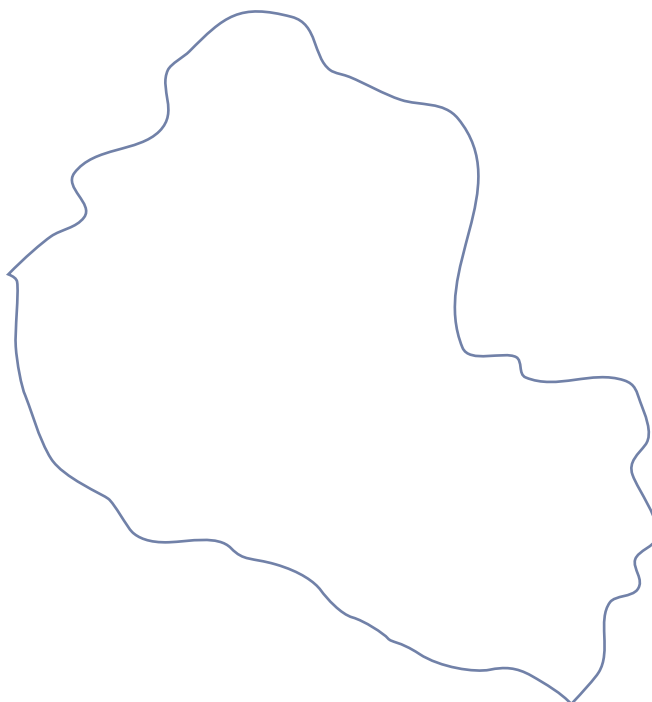


Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Rondônia



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Rondônia

Presidente: Raniery Araújo Coelho

Vice-presidentes: 1º – Pedro Juca de Oliveira, 2º – Júlio Cezar Gasparelo, 3º – Leonardo Calixto da Silva

Diretores Secretários: José da Silva Honório, Glaci Kern Hartmann

Diretores Tesoureiros: Hélio Hirayuki Natori, Diego Prado Aguiar

Diretor Sindical: Abraão Lima Viana

Diretores Suplentes: Antônio Ribeiro das Neves, Claudio Norio Hikague, Thaiana Pinheiro Lima, Paulo Renato Grillo, Evaldo da Rocha Maia, Arthur Gomes Rocha, Cley Jefferson de Medeiros Muniz, José de Souza Arcanjo, Francisca Alves da Silva

Conselho Fiscal – Efetivos: Genésio Teles de Carvalho, Manuel Anastácio das Graças e Silva, Aires Ribeiro de Matos

Conselho Fiscal – Suplentes: Gilberto Rocha Quintiliano de Souza, José Nilson de Oliveira, Valdelucia Monteles Mendes

Delegados representantes junto à CNC – Efetivos: Raniery Araújo Coelho, Osmar Santana Lima

Delegados representantes junto à CNC – Suplentes: Pedro Juca de Oliveira, Genésio Teles de Carvalho

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-RO, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e Diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Rondônia / Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia. – 2. ed. – Rondônia : Fecomércio-RO, 2024.
19 p. : il. : color.

1. Gestão Pública. 2. Negócios. 3. Infraestrutura 4. Tributos 5. Comércio 6. Rondônia I. Título.

CDD 351

Bibliotecário responsável: Bernardo José de Oliveira Palma – CRB-7: 6479

Sumário

Apresentação.....	4
Somando esforços.....	5
Introdução.....	6
Caminho para o desenvolvimento.....	7
Ambiente de negócios	8
Melhorar a segurança e o policiamento dos centros comerciais	9
Maior acesso ao crédito para micros e pequenas empresas	9
Redução dos prazos de abertura de empresas e de emissão de licenciamentos e alvarás	10
Digitalização e desburocratização do setor público.....	10
Regulamentação da reforma tributária.....	11
Promover o empreendedorismo.....	11
Infraestrutura	12
Investimentos em saneamento.....	13
Energia – Melhoria da distribuição e incentivo às energias alternativas.....	13
Implantação da ferrovia da soja.....	14
Modal aéreo.....	14
Tributação.....	16
Redução da carga tributária estadual.....	17
Simplificação das obrigações acessórias	17
Regulação	18
Combate ao comércio informal.....	19
Combate à pirataria	19



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Raniery Coelho

Presidente do Sistema Fecomércio -Sesc-Senac de Rondônia



José
Roberto
Tadros



Raniery
Coelho



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio em Rondônia, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 56.253 estabelecimentos, dos quais 21.999 são voltados para o Comércio, 19.807 para o segmento de Serviços e 2.365 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 5.679, e da Indústria, com 6.403 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 67,2%, assim distribuídos: Serviços, 47,9%; Comércio, 16,8%; e Turismo, 2,5%. A Agropecuária e a Indústria somaram 32,8% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenaqvist, Fecomercíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Ambiente de negócios

Melhorar a segurança e o policiamento dos centros comerciais

Contextualização:

O aumento dos problemas relacionados à segurança levou a uma maior atenção ao tema. A criminalidade nos centros comerciais levou ao estabelecimento da Câmara Empresarial de Segurança a união de esforços visando reduzir os índices nos centros comerciais.

Posicionamento:

Ainda se fazem necessários esforços e investimentos, em especial na monitoração eletrônica, e o relacionamento mais próximo com o governo e os órgãos responsáveis pela segurança pública não tem sido suficiente, sendo necessário exigir mais ações de inteligência e policiamento ostensivo nos centros comerciais.

Maior acesso ao crédito para micros e pequenas empresas

Contextualização:

A falta de capital para investimentos e de giro tem sido um problema constante para os micro, pequenos e médios empresários de Rondônia, que ainda se recuperam da pandemia (muitos pagando empréstimos usados para sobreviver). Mesmo com a tendência de queda das taxas de juros, os obstáculos para acesso ao crédito ainda são elevados.

Posicionamento:

É preciso adotar políticas que contribuam para a facilitação do acesso ao crédito por empreendedores e pessoas jurídicas, inclusive desburocratizando as operações e criando fundos de aval para garantia dos empréstimos. Neste sentido, mesmo com uma articulação próxima ao governo estadual com as instituições financeiras e bancos, os avanços obtidos ainda são insuficientes pelas exigências burocráticas e de garantias.

Redução dos prazos de abertura de empresas e de emissão de licenciamentos e alvarás

Contextualização:

Em Rondônia, os esforços para melhorar o desempenho da Junta Comercial e das prefeituras surtiram efeitos, mas a legislação e a burocracia ainda tornam a criação de empresas uma dificuldade, e, muitas vezes, a obtenção dos documentos exigidos, inclusive licenças ambientais para obras e habite-se, dificultam muito as atividades econômicas.

Posicionamento:

A defesa de medidas que visem à desburocratização do ambiente empresarial tem sido uma preocupação constante, e foram feitas especiais medidas que incentivem a abertura, a operação e a expansão de empresas. Porém, ainda é necessário insistir numa maior modernização, em especial da legislação.

Digitalização e desburocratização do setor público

Contextualização:

É preciso digitalizar o setor público para permitir o acesso às informações e a pagamentos por meios digitais. Em muitos casos, há uma centralização dos atendimentos, o que melhora muito os serviços. No entanto, não é incomum que não se consiga acesso aos links, que estes parem de funcionar ou até mesmo que não se tenha uma boa acessibilidade.

Posicionamento:

A inclusão digital faz com que os serviços estejam acessíveis a todos, e é indispensável fomentar a integração dos dados e dos sistemas, tornando assim o setor público mais eficiente, gerando economia e agilização dos processos.

Regulamentação da reforma tributária

Contextualização

A reforma tributária foi aprovada no fim de 2023 num processo em que apenas e parcialmente as classes produtivas foram ouvidas, em que pese uma grande mobilização para participar. O processo legislativo, no entanto, ainda mais quando conduzido pelo calendário político, impediu uma discussão mais ampla. O resultado é que o texto aprovado precisa de uma série de regulamentações, que acontecerão ao longo do ano e para as quais é imprescindível que estejamos atentos, até porque envolvem questões fundamentais, como a da carga tributária efetiva que será cobrada.

Posicionamento:

O acompanhamento e a atenção com as leis e regulamentos que derivam da reforma tributária aprovada serão uma atividade essencial tanto no âmbito federal quanto no estadual. Apesar da concentração de poderes na esfera federal, o que se observa é que o texto aprovado permite até mesmo imposições em nível municipal, se aprovadas leis que o permitam, daí a necessidade de um monitoramento dos desdobramentos da Emenda Constitucional nº 132.

Promover o empreendedorismo

Contextualização:

Na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 24/75, as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais de ICMS devem ser concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em especial às micros e pequenas empresas. Não é o que se observa, porque os interesses fazendários (de arrecadação) são sempre colocados acima dos interesses das empresas, daí o teto baixo do Simples Nacional e a falta de atualização da Lei nº 13.999/2020, que instituiu o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronamp).

Posicionamento:

É preciso que o estado e os municípios estimulem a promoção do empreendedorismo, além da importância fundamental das micro e pequenas empresas, responsáveis pela contratação de grande parte da mão de obra, geração de renda e de tributos. O uso da Inteligência Artificial torna cada vez mais importante a denominada economia criativa para as economias locais.



Infraestructura

Investimentos em saneamento

Contextualização:

Os baixos investimentos em infraestrutura básica representam um dos principais gargalos do desenvolvimento de nosso estado

Posicionamento:

Os investimentos em saneamento básico estão diretamente ligados à melhoria das condições sociais e ao desenvolvimento, inclusive do turismo. Trabalhar para superar essa defasagem, com investimento na infraestrutura e saneamento em todo o estado, é uma necessidade inadiável.

Energia – Melhoria da distribuição e incentivo às energias alternativas

Contextualização:

Apesar de Rondônia ser a terceira maior fonte de energia hidroelétrica, com o Complexo do Rio Madeira, o estado possui lacunas na sua distribuição (rede elétrica) e na regularidade de fornecimento. Também, mesmo com condições favoráveis para a diversificação de sua matriz energética, em especial às energias eólica e solar, vemos poucas políticas públicas nesse sentido.

Posicionamento:

São necessários investimentos para ampliar as redes elétricas, regularizar o fornecimento de energia (que tem sido instável) e criar incentivos à diversificação de suas fontes, inclusive com o estado adotando a prática de construir prédios sustentáveis.

Implantação da ferrovia da soja

Contextualização:

A BR-364, que passa pelos principais municípios do estado, é a única ligação existente com o Sudeste do País. Com a expansão da soja, a rodovia se transformou no caminho de escoamento via Hidrovia do Madeira e Itacoatiara (AM). Ocorre que a rodovia se transformou, no dizer popular, no “corredor da morte”: na colheita da soja, transitam mais de 2 mil carretas por dia, esburacando a rodovia e causando acidentes.

Posicionamento:

É indispensável a implantação da Ferrovia da Soja-Porto Velho/Sapezal (MT), com cerca de 900 quilômetros, para desafogar a BR-364, diminuir custos e desperdícios, uma vez que 3% da soja transportada formam rastros no seu transporte.

Modal aéreo

Contextualização:

É um problema complexo, que afeta os empresários tanto quanto a população em geral e ainda se encontra agravado com a diminuição de voos e assentos, apesar dos esforços que têm sido feitos para superar a situação.

Posicionamento:

Os preços elevados das passagens aéreas e a falta de voos, inclusive os que interligam a capital aos demais municípios, dificultam as atividades econômicas. O governo estadual elaborou estratégias para intermediar a viabilização com as companhias aéreas, visando ampliar o número de voos e conexões no aeroporto da capital rondoniense, mas a questão supera suas possibilidades de ação. É preciso mobilizar o governo federal para o problema e buscar, em conjunto com a Amazônia, a criação de uma aviação regional.



Tributação

Redução da carga tributária estadual

Contextualização:

A carga tributária de Rondônia revela a necessidade de ser reavaliada, principalmente depois de, neste início de ano, ter tido, contra a vontade dos setores produtivos, um aumento da alíquota modal. A elevação dos impostos afeta a competitividade do estado em diversos setores, e se observa um vazamento de recursos em compras nos estados vizinhos e no comércio eletrônico.

Posicionamento:

É preciso rever a política tributária estadual; defender maior estabilidade jurídica; e realizar um estudo para buscar redução dos impostos e aumento da competitividade em diversos setores econômicos.

Simplificação das obrigações acessórias

Contextualização:

As obrigações acessórias das empresas constituem um custo muito alto, especialmente em relação aos tributos. As leis sobre tributos são complexas e pouco objetivas, aumentando o número de regras e o tempo gasto pelas empresas no acompanhamento da legislação, o que inibe o empreendedorismo e o crescimento do comércio e dos serviços. A nova reforma tributária tende, por alguns anos, a piorar o cenário, na medida em que teremos dois regimes em vigência.

Posicionamento:

Embora a simplificação do sistema tributário nacional, com a diminuição do número de impostos e, em parte, a desoneração sobre o consumo, o sistema continua sendo caro e complicado para os empresários, daí ser imperativo buscar meios de torná-lo mais simples.



Regulação

Combate ao comércio informal

Contextualização:

Em Rondônia, a informalidade incomoda bastante, inibe as atividades econômicas e incentiva a criminalidade. A proliferação do comércio informal, ocupando as calçadas e praças com evidentes transtornos para o comércio, se constitui num problema que precisa ser evitado.

Posicionamento:

Em que pese a informalidade crescer em tempos de crise e ser uma alternativa ao desemprego, é preciso estudar soluções para que não se penalize o comércio. Neste sentido, é preciso um plano estadual para conter esse tipo de comércio e, também, planejar a retirada dos informais das ruas, o que igualmente engloba proporcionar condições para que estes possam trabalhar em locais específicos.

Combate à pirataria

Contextualização:

Há uma movimentação muito grande de recursos por grupos criminosos, que, inclusive, servem de incentivo ao roubo de cargas e à formação de facções criminosas com várias atividades ilegais. É uma atividade extremamente nociva, e dependemos mais de cobrar uma ação das autoridades estaduais e federais.

Posicionamento:

Defendemos a criação de instrumentos jurídicos que ampliem e reforcem o combate à pirataria, que representa concorrência desleal na medida em que a comercialização não respeita os aspectos legais e fiscais observados pelo comércio legal. Além disso, apoiamos a criação e a manutenção de um ambiente desburocratizado e favorável ao empreendedorismo, visando incentivar o desenvolvimento sustentável da economia do País com a geração de mais postos de trabalho, aumentando a circulação de renda e a arrecadação do estado e, conseqüentemente, diminuindo as desigualdades sociais e regionais.

